

Luís Reis. “As famílias só não sentem mais a crise por causa da distribuição”

“Se tivermos mais medicamentos para venda nos hiperes, ganham os consumidores e o Estado, mas as farmácias não ficam confortáveis”

FILIPE PAIVA CARDOSO

filiipe.cardoso@ionline.com

A Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), presidida por Luís Reis, acredita que o aumento em meia hora dos horários de trabalho só terá algum efeito se vier acompanhada com bancos de horas, de forma que as empresas possam jogar melhor com os picos na procura. Além disso, Luís Reis, em entrevista ao *i*, queixa-se da falta de representatividade dos serviços nas grandes discussões com as confederações, tenta desmistificar alguns mitos existentes sobre a distribuição e pede uma visão mais optimista para os próximos meses, já que das dificuldades já todos estão conscientes. Deixa ainda um alerta: as apostas da distribuição na gasolina e nas farmácias são para continuar e reforçar, já que “provocar desconforto a interesses instalados” não assusta a APED.

Tudo aponta para que o próximo ano seja um dos piores de sempre em Portugal. Quais as perspectivas dos associados da APED?

Para 2012 gostava de lançar um desafio, não só aos associados da APED mas também à generalidade dos sectores: olhar para o próximo ano como o início da retoma do crescimento. Se nos concentrarmos no “quão mau vai ser” há uma enorme possibilidade de 2013 ser ainda pior. Prefiro pensar que é graças a 2012 que vamos conseguir ter um 2013 melhor. É inevitável que o próximo ano seja mau, mas não é inevitável que isso aconteça no ano seguinte. Claro que podemos discutir a forma, mas a consolidação das contas é fundamental. E depois de tanto falarmos em consolidação, também é necessário começarmos a falar de economia.

Mas não basta querer para que tudo passe para trás das costas... Sim, 2012 vai ter mais desemprego, menos rendimento, uma recessão... Então que vamos fazer para que apareçam mais empresas do que aquelas que vão desaparecer? Para que se crie mais emprego do que aquele que é destruído? É fundamental discutir pela positiva para termos boas perspectivas para 2013, e este é um discurso que não se tem visto muito.

Continuam a existir mais profetas da desgraça do que pessoas a apontar soluções, temos muitas finanças e pouca economia... existem oportunidades para sair da crise, para crescer, para criar emprego, mas é preciso olhar para elas com a mesma energia que temos dedicado ao carpir das nossas mágoas.

Dada a dimensão do Ministério da Economia e do Emprego (MEE), envolto em dossieres como a questão dos transportes, não estará a tutela com demasiados problemas às costas?

Consegui entender porque se fez um ministério desta dimensão: uma vontade de cruzar diferentes sectores para promover o crescimento. Não sei se o problema do MEE é de dimensão, de vontade ou de capacidade. A vontade existe, vemos isso nas reuniões da APED com o ministério; parece mais um problema de capacidade, não do ministro ou do ministério, mas um problema de capacidade colectiva entre o ministério e a sociedade. Agora, é nestes momentos menos simpáticos que se deve apelar a um sentimento colectivo e é possível, com os estímulos certos, promover a competitividade e a produtividade e encontrar oportunidades para o país.

Em nome dessa produtividade avançou-se com mais meia hora de trabalho por dia. Esta é uma medida sem grande impacto para a APED...

E um exemplo de uma medida que podia ser feliz, mas está por completar. Acrescentar meia hora de trabalho tem eficácia diferente se isso for feito sem mais nada ou se for implementado com a introdução de mecanismos de flexibilidade. Meia hora por dia de trabalho adicional, sem mais nada, pode não ser de todo útil. Agora, se for acompanhado de flexibilidade, como a introdução de bancos de horas, pode ter um impacto muito grande.

Acumular as meias horas e usá-las conforme os picos?

Sim. A distribuição tem uma flutuação bastante assimétrica das suas necessidades ao longo do ano e hoje debate-se com um problema enorme que é a inflexibilidade na negociação dos horários. Este acréscimo de meia hora, se for acompanhado de uma iniciativa que regule os bancos de



horas em função da sazonalidade da procura, poderia ser muito interessante.

No caso da Sonae, chegam a ser contratados 2000 temporários por ano. Estes não ficavam com o emprego em risco?

Muitos associados da APED são obrigados a contratar milhares de pessoas para os picos porque não existe capacidade de acomodação. E repare: provavelmente, a distribuição passaria a contratar menos, mas seriam contratadas pessoas de forma permanente para todo o ano, com melhor formação e emprego estável. Pegando no caso que aponta, em vez de 2 mil temporários contratados, se calhar passava a ter apenas 500 contratados mas a full time, com melhor formação e emprego estável. É win-win-win-win. Ganha a empresa, os consumidores, os trabalhadores e a economia.

Mas têm falado com o ministro, propuseram os bancos de horas?

Temos tentado. Hoje os serviços estão pouco representados no diálogo social. Esta ideia da flexibilidade laboral é muito distinta quando surge dos serviços ou quando vem da indústria.

Mas têm uma confederação presente nestes encontros com o governo...

Isso é outra discussão. Os serviços não têm uma voz ainda suficientemente activa.

A distribuição tem vindo a ganhar com a crise, já que houve uma transferência de consumo para as grandes superfícies...

Não é bem verdade. Há realidades distintas. A generalidade dos nossos associados são do sector não-alimentar. Aqui há cate-

gorias discricionárias, cuja compra pode ser adiada ou reduzida. Este sector tem sentido impactos significativos da retracção que, tudo indica, serão mais fortes durante 2012. Já dentro do alimentar, nem tudo corre da mesma forma. Pela primeira vez desde que há distribuição moderna que cadeias inteiras faliram. É verdade que há um grupo pequeno que viu a quota reforçada, mas não podemos pegar nestes pequenos exemplos e generalizá-los. O retalho alimentar é um sector sob pressão. Pelo que vemos nas contas até Setembro, parece certo que o mercado em 2011 vai cair em relação a 2010.

A quebra no alimentar pode ser vista como um sinal evidente de que a crise já chegou ao cabaz alimentar de grande parte das famílias?

Sim, é óbvio, e as famílias só não sentem mais a crise por causa de um sector de distribuição alimentar extraordinariamente eficiente. Hoje, a inflação em Portugal ronda os 3% a 4%, mas no alimentar está abaixo de 1%, graças a um grande nível de eficiência. Não fora a distribuição a assegurar uma oferta com variedade, que permite escolher produtos equivalentes a preços inferiores, e teríamos as famílias a sofrer bastante mais. A distribuição tem desempenhado um papel muito relevante, funcionando como travão ao impacto das medidas recessivas sobre as famílias.

Não o estão a fazer à custa dos fornecedores?

Quando uma cadeia de valor é afectada, é impossível que não seja afectada de forma completa. O que se passa hoje é que, com o efeito da crise concentrado no consumidor – queda do rendimento disponível –, é a distribuição que está a ser afectada de forma desproporcional, tentando passar parte desse efeito a montante, mas absorvendo grande parte do impacto. Quando uma cadeia é abalada é o primeiro elo, o

“É preciso olhar para as oportunidades com a mesma energia que temos dedicado ao carpir das mágoas”